

A BÍBLIA COMO LITERATURA: A PERSPECTIVA DE JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

Márcio Cappelli Aló Lopes¹

João Gabriel de Mendonça Guimarães²

Resumo: O presente artigo investiga a dimensão literária da Bíblia a partir da perspectiva do exegeta, poeta e cardeal José Tolentino Mendonça. Partindo do reconhecimento de que a Bíblia é, antes de tudo, uma biblioteca extraordinária construída como um drama plural, o artigo examina os fundamentos teóricos que permitem pensá-la como literatura — seu valor estético, a complexidade de suas narrativas, a riqueza de imagens e metáforas, a diversidade de gêneros e a questão da intencionalidade autoral. Recorre-se aos estudos de Erich Auerbach, Northrop Frye, Robert Alter e George Steiner para contextualizar o debate, tendo como eixo central a obra de Tolentino Mendonça, especialmente *A leitura infinita: A Bíblia e sua interpretação* e o ensaio *Bíblia e Literatura: a reconstrução da evidência*. O artigo destaca ainda a influência da Bíblia na literatura ocidental, com exemplos de intertextualidade, e conclui que pensar a Bíblia como literatura não anula sua condição de texto sagrado, mas amplia os horizontes de sua interpretação.

Palavras-chave: Bíblia. Literatura. José Tolentino Mendonça.

THE BIBLE AS LITERATURE: THE PERSPECTIVE OF JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

Abstract: This article investigates the literary dimension of the Bible from the perspective of the exegete, poet, and cardinal José Tolentino Mendonça. Starting from the recognition that the Bible is, above all, an extraordinary library built as a drama where human voices interweave, the article examines the theoretical foundations that allow us to think of it as literature — its aesthetic value, the complexity of its narratives, the richness of its images and metaphors, the diversity of its genres, and the question of authorial intentionality. It draws on the studies of Erich Auerbach, Northrop Frye, Robert Alter, and George Steiner to contextualize the debate, with Tolentino Mendonça's work, especially *A leitura infinita: a Bíblia e sua interpretação* and the essay *Bíblia e Literatura: a reconstrução da evidência*, as its central axis. The article also highlights the influence of the Bible on Western literature, with examples of intertextuality and concludes that thinking of the Bible as literature does not negate its status as a sacred text, but broadens the horizons of its interpretation.

Keywords: Bible. Literature. José Tolentino Mendonça.

¹ Doutor em Teologia, PUC-Rio. Docente pesquisador da Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: alocappelli@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1601-5771>.

² Graduado em Filosofia pela PUC-Campinas. E-mail: guimaraesjoao1993@gmail.com.

Introdução

A pergunta sobre o que poderíamos chamar de estatuto literário da Bíblia não é nova, mas permanece viva e produtiva. Como ressalta Schökel (1997), desde a Patrística, quando o campo das letras estava ocupado pelos autores greco-latinos, embora a Bíblia tenha sido lida mais como um livro sagrado, isto não impediu que os pensadores cristãos vissem os textos bíblicos como portadores de uma arte retórica dotada de aspectos específicos. Os escritos cristãos, como testemunhos de fé, estão eivados de técnicas estilísticas e as traduções que plasmaram a imaginação dos escritores, a sua língua e o seu estilo, como afirma José Tolentino Mendonça, “tornaram claro que a verdade bíblica é solidária com o seu meio expressivo, já que fé e linguagem intrinsecamente se reclamam” (MENDONÇA, 2004, p. 20). Para se ter uma ideia, Agostinho, por exemplo, entendia que a Escritura pode ser lida como obra de um autor a fim de se assimilar seu estilo e sua maneira de se expressar. Cassiodoro, no século V, esforçou-se para identificar os recursos estilísticos dos clássicos na Bíblia; Isidoro de Sevilha, no século VII, viu a literatura como uma invenção propriamente hebreia baseando-se nos textos bíblicos; Beda, entre os séculos VII e VIII, pensou a Bíblia como livro sagrado, mas que contém uma “iminência estilística” e o judeu espanhol Moisés Ibn Ezra, já no XI, partindo dos tratados árabes, tentou provar que o texto bíblico pode ser lido como obra de semelhante aos outros textos. Mais tarde, no Renascimento, na polêmica contra a escolástica, os humanistas retomam a Bíblia para valorizar a sua poesia frente a especulação. Posteriormente, no século XVIII, o bispo anglicano Robert Lowth inaugura um estudo sistemático sobre a poesia hebraica, *De sacra poesi Hebraeorum*, no qual destaca o valor teológico do estudo literário em contraste com o trabalho dos teólogos metafísicos (SCHÖKEL, 1997).

Com a chamada “virada literária” nos estudos bíblicos, consolidada ao longo da segunda metade do século XX, essa dimensão foi resgatada com vigor renovado com o auxílio de críticos como Erich Auerbach, Northrop Frye, Robert Alter e George Steiner, entre outros. No contexto da exegese e da teologia de língua portuguesa, José Tolentino Mendonça contribuiu para esse trabalho de reconhecimento da Bíblia como literatura.

Nascido em 1965, em Machico, na Ilha da Madeira, Tolentino Mendonça é ao mesmo tempo poeta, exegeta, ensaísta e cardeal da Igreja Católica, atual Prefeito do Dicastério para a Cultura e a Educação no Vaticano. Sua trajetória intelectual é inseparável da leitura dos textos bíblicos: doutorou-se em Teologia Bíblica na Universidade Católica Portuguesa com uma tese de leitura narratológica de Lucas 7,36-50 — o episódio em que Jesus tem os pés ungidos por

uma mulher na casa de um fariseu —, reflexão que já anunciava o compromisso de aproximar exegese, teoria e crítica literárias. Sua produção escrita, seja poética, ensaística e exegética dialoga de forma densa com os estudos literários, a história da teologia e da literatura, sendo impossível reduzi-la ao âmbito estritamente religioso (CAPPELLI, 2026).

O presente artigo tem como objetivo central apresentar a perspectiva de Tolentino Mendonça sobre a Bíblia como obra literária, situando-a no debate mais amplo sobre as relações entre literatura e texto sagrado. Para isso, recorre-se prioritariamente à obra *A leitura infinita: A Bíblia e sua interpretação* (2015) e ao artigo *Bíblia e Literatura: a reconstrução da evidência* (2010), articulando-os com comentadores relevantes. O percurso se organiza em quatro momentos: a discussão sobre os fundamentos que permitem pensar a Bíblia como literatura; a questão da intencionalidade autoral e da diversidade de gêneros; a especificidade das técnicas narrativas bíblicas; e, por fim, a influência da Bíblia na literatura ocidental. A hipótese central é a de que o reconhecimento da dimensão literária da Bíblia não compete com sua condição de texto sagrado, mas, antes, a aprofunda.

1. A Bíblia como texto literário: fundamentos do debate

Antes de tudo, a Bíblia é uma biblioteca extraordinária, construída como um drama plural onde as vozes se cruzam, criando um tecido multicolorido, com enorme vivacidade e cheio de surpresas. A própria expressão “texto sagrado” remete a têxtil, a tessitura, um tecido que não é composto por um fio só, mas por um emaranhado de vozes, épocas e gêneros. Isso significa que, embora seja considerada “sagrada”, a Bíblia é também composta por um conjunto de escritos elaborados em épocas históricas concretas por pessoas reais que usaram suas línguas e as formas literárias disponíveis para se expressar. Por mais que seja percebida primariamente como livro de fé, ela deve ser pensada também como literatura, por seu valor estético, pela complexidade e refinamento de suas narrativas, sua riqueza de imagens, metáforas e dispositivos de linguagem.

O poeta inglês William Blake formulou com precisão o papel fundante da Bíblia no imaginário ocidental ao chamá-la de “o grande código”. Northrop Frye retomou essa expressão como título de um de seus livros mais importantes, no qual argumentou que a Bíblia é o elemento essencial para a compreensão da literatura inglesa e, por extensão, da literatura ocidental como um todo (FRYE, 2004). Na mesma direção, George Steiner afirmou que todos os livros, por mais distintos que sejam entre si no tema ou no método, se relacionam, ainda que

indiretamente, com ela. Para Steiner, sem a Bíblia as paredes dos museus estariam despidas de boa parte de suas obras, a música ocidental seria irreconhecível e a literatura perderia alguns de seus eixos mais profundos (STEINER, 2003).

A pertinência dessa visão fica evidente quando se pensa em autores como Faulkner, Melville, Proust, Kafka, Goethe, Henry James, Joyce ou Thomas Mann. Em todos eles, a presença bíblica, seja como fonte de imagens, como estrutura narrativa ou como repertório de personagens e situações, é determinante. Além disso, as traduções da Bíblia exerceram influência direta sobre as línguas nacionais: as versões de Lutero e Tyndale moldaram, respectivamente, o alemão e o inglês literários, dotando essas línguas de um vocabulário e um ritmo que persistem até hoje.

Para Tolentino Mendonça, o esquecimento da dimensão literária da Bíblia é um empobrecimento duplo. De um lado, as leituras de matriz iluminista buscaram a chave interpretativa do texto bíblico fora dele mesmo, em procedimentos racionais que o fragmentavam. De outro, a leitura fideísta tomou a historicidade literal como critério fundamental de verdade, sujeitando o sentido do texto a categorias não-bíblicas, fórmulas teológicas, dogmáticas ou discursos de pendor espiritualista. Em ambos os casos, a hermenêutica estava “refém de um sistema prévio e exterior” (MENDONÇA, 2010, p. 173). A saída proposta por Tolentino passa pelo reconhecimento de que “a condição teológica da Bíblia é inseparável da sua natureza propriamente cultural e literária” (MENDONÇA, 2008, p. 47).

Essa convicção não é apenas programática. Ela se ancora em uma definição precisa do que constitui uma obra literária. Para Tolentino, o que caracteriza a obra literária é uma determinada relação com a linguagem: a capacidade de transpor e transformar, mediante um sistema linguístico e verbal, uma experiência humana, mais simples ou mais sofisticada, criando um universo próprio (MENDONÇA, 2010). Nesse sentido, a Bíblia é um “impressionante documento sobre a condição humana, uma espécie de grande teatro da humanidade, onde tudo o que é humano surge exposto, tanto a virtude como a imperfeição, tanto a fragilidade exígua como o infinito mais extenso” (MENDONÇA, 2010, p. 174).

Essa capacidade de a Bíblia capturar os dramas humanos em sua complexidade é, na perspectiva de Tolentino, o que garante o seu potencial como texto. Não por acaso, críticos literários de diferentes tradições têm voltado a sua atenção para ela nas últimas décadas, resgatando seu valor estético. Além dos já mencionados Frye e Steiner, destacam-se os trabalhos de Robert Alter, Frank Kermode, Harold Bloom, Jack Miles e, no Brasil, Haroldo de

Campos e Geraldo Holanda Cavalcanti. Essa perspectiva tem ajudado a alterar uma mentalidade que remetia a Bíblia somente ao campo religioso, restringindo sua circulação cultural.

2. Intencionalidade autoral, diversidade de gêneros e unidade imaginativa

Um dos argumentos mais frequentes contra o reconhecimento do caráter literário da Bíblia é o da intencionalidade: seus autores e redatores não teriam tido a intenção de produzir literatura, e sim de transmitir uma mensagem religiosa. Tolentino Mendonça, na esteira de Jean-Noël Aletti e Michel Foucault, responde a essa objeção de forma direta: “importa menos o modo como a Bíblia chegou à literatura, do que o reconhecimento de que os seus autores trabalharam a língua escolhendo ou criando formas literárias nas mesmas condições aplicáveis à literatura em geral” (MENDONÇA, 2010, p. 175). O caminho foi, portanto, indireto. Os autores sagrados chegaram à literatura “sem pensar muito nisso”, mas o resultado literário é inegável.

A referência a Foucault é determinante. O filósofo francês mostrou que a relação de uma obra com a categoria de “literatura” não é autoevidente nem atemporal. Mesmo Eurípides ou Dante não eram “literatura” no próprio tempo em que viveram, já que essa noção não se aplicava em seus respectivos contextos. Por isso, seria arbitrário exigir dos autores bíblicos uma consciência literária que os próprios clássicos greco-latinos não possuíam. Hesíodo, Sófocles e outros também não pensavam em etiquetar seu trabalho com a nomenclatura que a comunicação literária aplica hoje. O pensamento da Bíblia como obra literária se dá, portanto, na transposição de fronteiras historicamente construídas para delimitar o espaço literário.

Outro obstáculo frequente é a diversidade de gêneros que compõe a Bíblia. Por muitos séculos, houve relutância em admitir na Escritura a pluralidade dos gêneros literários, poesia, conto, crônica histórica, lei, genealogia, sabedoria, apocalipse, carta, entre outros, pois esses gêneros eram associados à ficção e às religiões pagãs, e a mensagem religiosa “para ser comunicada reclamaria uma linguagem descritiva, conceitual ou retórica, jamais a literária.” (MENDONÇA, 2015, p. 28). Tolentino, retomando Aletti, argumenta que é preciso reconhecer no texto bíblico sua “corporeidade”, não apenas um discurso sobre a realidade religiosa, mas uma forma que molda e cria sentido, e que só pode ser percebida em sua dimensão teológica e peculiar se levada a sério como forma literária (MENDONÇA, 2010).

Alter, por sua vez, defende que a noção habitual de literatura, concentrada sobre prosa e poesia e que despreza modalidades como genealogias ou leis, deve ser repensada à luz da diversidade bíblica. A Bíblia Hebraica demonstra que a literatura não está inteiramente limitada

à história e ao poema; mesmo o “mais frio catálogo” pode ser um instrumento eficaz de expressão literária quando considerado em seu contexto (ALTER, 2007). No mesmo sentido, José Pedro Tosaús Abadía argumenta que a condição da Bíblia como literatura não depende do discernimento de uma época ou de um grupo: ela resulta de sua maneira peculiar de comunicação linguística, independentemente do julgamento externo (TOSAUS ABADÍA, 2000).

Há ainda a questão da autoria coletiva e do caráter fragmentário dos textos bíblicos. Frye reconhece que a Bíblia é mais uma pequena biblioteca do que um livro e que foi lida como unidade muito mais por razões práticas (FRYE, 2004). No entanto, para ele, o mais relevante é que ela foi historicamente recebida como unidade e que, como unidade, exerceu influência profunda sobre a formação da imaginação ocidental. Frye identifica nela uma “estrutura imaginativa” formada por imagens recorrentes que funcionam como princípio unificador, criando uma tipologia interna, e por um sistema narrativo que pode ser lido como uma grande história que se estende da criação ao Apocalipse.

Alter complementa essa perspectiva ao recusar tanto a leitura dos textos bíblicos como “colchas de retalhos”, resultado da ingenuidade ou incompetência dos redatores, quanto a busca por significados únicos e contextos originais que marcou a crítica histórica tradicional. Para ele, a justaposição de narrativas aparentemente contraditórias reflete uma deliberação artística comparável à técnica pós-cubista de justapor perfis e ângulos frontais de um mesmo objeto: o objetivo é explorar a tensão produtiva entre diferentes pontos de vista, não resolvê-la. O caráter compósito da Bíblia é, assim, um dado estético a ser interpretado, não um problema a ser eliminado.

Essa abordagem tem implicações diretas para a hermenêutica bíblica. Como sublinha Leonel, Aguiar e Lima (2021), a partir da publicação de *Mimesis* de Auerbach, em 1946, a interpretação literária da Bíblia ganhou estatuto metodológico reconhecido. Desde então, o instrumental da crítica literária, a análise do narrador, do ponto de vista, das estruturas de tempo, das relações entre personagens, tem sido aplicado aos textos bíblicos com resultados que aprofundam, e não diminuem, a compreensão teológica. Tolentino Mendonça situa-se nessa tradição e a radicaliza ao afirmar que “a Bíblia não sai diminuída quando lida como um repertório de histórias. E a teologia não perde o seu tempo quando, antes de perguntar o que é que os textos contam, se interroga sobre o modo como eles contam” (MENDONÇA, 2010, p. 178).

3. As técnicas narrativas da Bíblia: Auerbach, Alter e Tolentino Mendonça

Uma das contribuições mais duradouras de Auerbach para a leitura literária da Bíblia é a comparação entre o estilo narrativo homérico e o estilo narrativo hebraico. Em *Mimesis*, Auerbach argumenta que, ao contrário dos poemas homéricos, que mantêm seu assunto no plano lendário e descrevem os personagens e situações com exuberância detalhista, os textos bíblicos são frequentemente sucintos, abruptos e deixam muito por dizer. Mas é precisamente nessa economia que reside sua força literária: a capacidade de capturar os dramas humanos por meio da sugestão, da elipse e do silêncio.

Passagens como as que narram a relação de Esaú e Jacó, de José e seus irmãos, ou de Caim e Abel são breves, mas densas. Ao comentar um episódio sobre Davi e Absalão, Auerbach sublinha que a multiplicidade de planos psicológicos que configuram as camadas interiores de cada personagem dificilmente encontra paralelo em Homero. O narrador bíblico, diferentemente do narrador homérico que externaliza tudo, internaliza o conflito e deixa o leitor trabalhar. Esse é um procedimento literário sofisticado, não uma limitação técnica.

Steiner reforça essa perspectiva ao comentar o episódio em que o rei Saul consulta o profeta Samuel já morto por meio de uma pitonisa (1 Sm 28). A história completa ocupa apenas dezoito versículos e, no entanto, a elegância e a riqueza de cambiantes psicológicas presentes nela estão ao mesmo nível de um episódio comparável de *Macbeth*. Steiner conclui que a economia da Bíblia desafia mesmo a inventividade de Shakespeare (STEINER, 2003). O mesmo poderia ser dito do livro de Jonas: em seus quatro curtos capítulos, a riqueza de sua “fabulosa concisão” e sua delicadeza psicológica compõem uma das mais perfeitas novelas da literatura universal.

Tolentino, dialogando explicitamente com Auerbach, sistematiza as principais características do narrador bíblico:

Há nestes livros bíblicos um tratamento sofisticado das ferramentas narrativas, a começar pelo estatuto do narrador. Num relato histórico estrito, em princípio, o narrador coincide com o autor, e o ponto de vista que ele adota é externo. O narrador bíblico, porém, não se confunde com os autores e redatores sucessivos do texto. E mais: dispõe da faculdade de onisciência, que lhe permite variar a focalização do seu relato e penetrar o interior dos personagens, sondando o subsolo da alma. Inacessível ao historiador é também a recomposição que ele faz do tempo, com avanços, sobreposições e recuos. O relato histórico é constituído preferencialmente por sumários. O relato bíblico por cenas (MENDONÇA, 2010, p. 181).

Essa onisciência narrativa tem consequências importantes. Ela permite ao texto bíblico apresentar personagens de uma profundidade psicológica que vai além do que o relato histórico estrito poderia oferecer. Além disso, a origem social das personagens bíblicas não se restringe à aristocracia: elas são advindas de todos os estratos da sociedade, e é precisamente essa heterogeneidade que confere à Bíblia sua capacidade de falar a leitores de épocas e condições muito diferentes. São figuras paradoxais: mesmo conhecendo ou recebendo a vontade divina, são profundamente humanas, suscetíveis à falibilidade própria de sua natureza — como Abraão, que duvida; Moisés, que recusa; Davi, que cede; Pedro, que nega.

Outra técnica que permite ao texto bíblico dialogar com diferentes culturas e épocas, consentindo ainda que ele extrapole as suas próprias fronteiras, é a da indeterminação. Por meio de enigmas, mal-entendidos e ironias, minuciosamente exploradas no quarto evangelho, Tolentino defende que a indeterminação se articula como construção retórica do encontro. Seja por meio do convite de Jesus para que os discípulos conheçam sua casa, ou pela interpretação literal que as multidões fazem dos discursos de Jesus, e ainda pela ironia, tal como se observa no diálogo com o cego da nascença, essas indeterminações ou espaços em branco ensinam o leitor a ler, convocando-o a cooperar ativamente para preencher os vazios do texto. Compreender o texto torna-se um ato de decifração de si mesmo, porque “compreender é compreender-se a si mesmo” (MENDONÇA, 2015, p. 29).

Tolentino destaca ainda a peculiaridade da Bíblia quanto à abertura interpretativa. Para ele, “a Bíblia foi escrita com palavras que sonham” (MENDONÇA, 2010, p. 24), uma formulação que capta a natureza ao mesmo tempo concreta e excedente da linguagem bíblica. A palavra no texto sagrado é instância de recriação: ao mesmo tempo que torna presente uma mensagem ou uma realidade, não a esgota totalmente. A transcendência pode ser, guardadas as devidas proporções, representada, mas nunca aprisionada pela palavra. Ainda assim, é nessa linguagem que Deus é representado. Segundo o autor, “a linguagem é o teatro de Deus” (MENDONÇA, 2015, p. 23). E o texto bíblico, como todo grande texto literário, permanece sempre além de qualquer leitura única e definitiva.

Essa abertura interpretativa não é uma fraqueza do texto, mas sua condição de possibilidade. Como Eliana Malanga argumenta, apoiada em Umberto Eco, uma obra será arte quando for “aberta”, quando permitir uma multiplicidade de leituras devido a sua composição estrutural e linguística. Assim como a tragédia grega, o teatro de Shakespeare ou a música de Mozart, os textos bíblicos formam um tipo de literatura que lida, de modo especial, com aspectos essenciais do conflito humano.

4. A Bíblia e a literatura ocidental: intertextualidade e influência

Para Tolentino Mendonça, a Bíblia ocupa na cultura ocidental a condição de “superclássico”, isto é, um texto que não está restrito ao âmbito religioso, uma vez que porta uma “natureza propriamente cultural e literária” (MENDONÇA, 2015, p. 59) que lhe é inseparável. Mais do que um livro de referência para os crentes, ela é um metatexto que auxilia na interpretação do real em dimensões que vão muito além da esfera confessional. Da filosofia às ciências políticas, da psicanálise à literatura, da arquitetura à arte, a Bíblia é, segundo o autor, “um parceiro, voluntário ou involuntário” nessa comunicação global (MENDONÇA, 2015, p. 58). Ela “é, indiscutivelmente, chave necessária para abrir uma galeria imensa de escritos e autores, de Dante a Tolstói, de Cervantes a Thomas Mann ou a Pessoa” (MENDONÇA, 2010, p. 172).

Um dos exemplos mais ilustrativos da presença bíblica na grande literatura é William Shakespeare. O poeta e dramaturgo inglês, criado em um lar cristão na Inglaterra do século XVI, incorporou referências bíblicas de forma sistemática em sua obra. No caso de *Hamlet*, a morte do Rei Hamlet, assassinado pelo irmão que toma posse do trono e da viúva, pode ser lida como referência intertextual à história de Adão e Eva e ao crime de Caim. A história de Caim e Abel é, de fato, a mais revisitada por Shakespeare em toda a sua obra, aparecendo cerca de 25 vezes, com referências também em dramas históricos como *Henrique IV* e *Ricardo III*. Conforme Oliveira (2014, p. 133), os estudiosos observam que Shakespeare devia ter os capítulos iniciais do Gênesis quase memorizados, tal a frequência e a precisão com que os evoca.

A intertextualidade bíblica, contudo, não se limita à dramaturgia inglesa. No Brasil, um exemplo notório é Machado de Assis. No romance *Esaú e Jacó*, de 1904, Machado recupera a história dos irmãos bíblicos para pensar as divisões políticas do Brasil republicano. Assim como ocorre no relato do Gênesis, a disputa dos gêmeos machadianos começa de maneira premonitória ainda no ventre materno, detalhe que é revelado à mãe, Natividade, por meio da previsão da adivinha cabocla do Castelo. Os gêmeos Pedro e Paulo, espelham a rivalidade de Esaú e Jacó em contexto radicalmente diferente: Pedro é monarquista e Paulo é republicano; Pedro cursa Medicina no Rio de Janeiro e Paulo cursa Direito em São Paulo; os dois amam a mesma mulher. Segundo Soares (2011), ao incorporar a imagem mística e religiosa da briga eterna entre Esaú e Jacó na trajetória de Pedro e Paulo, o autor consegue romper com o caráter

estritamente documental e referencial da prosa realista de sua época, conferindo à narrativa um aspecto figural e alegórico muito mais profundo. A rivalidade tem aspecto central em ambas as histórias, sendo expressa em ciúme e conflitos que atravessam gerações.

Esses exemplos evidenciam como o conhecimento da Bíblia amplia consideravelmente as possibilidades de leitura de obras literárias que não se identificam explicitamente como religiosas. A Bíblia não aparece nessas obras como citação devota, mas como repertório vivo de imagens, situações e personagens que a tradição literária ocidental reutiliza, transforma e subverte. É nesse sentido que Tolentino afirma que a Bíblia aparece “disseminada pelo pensamento, imaginação e cotidiano” (MENDONÇA, 2015, p. 57), não como presença consciente e confessional, mas como substrato que molda a forma de narrar, de imaginar e de compreender o humano.

Considerações finais

Com base na perspectiva de Tolentino Mendonça, este artigo procurou demonstrar que a Bíblia pode e deve ser considerada uma obra literária, ainda que a intenção original de seus autores fosse a transmissão de uma mensagem religiosa. O argumento central é o de que a literariedade de um texto não depende da intenção de quem o escreve, mas do modo como ele trabalha a linguagem, e a Bíblia, como foi mostrado, opera com a linguagem de forma criativa consequente.

O percurso realizado permitiu identificar três grandes contribuições da perspectiva de Tolentino Mendonça para esse debate. A primeira é a sua insistência em que a condição teológica da Bíblia é inseparável de sua natureza cultural e literária, o que significa que diminuir sua dimensão literária é também empobrecer a compreensão teológica. A segunda é a sua leitura da Bíblia como “leitura infinita”: um texto que, pela natureza da linguagem que o constitui, permanece sempre além de qualquer interpretação única e definitiva, convocando o leitor a um exercício permanente de atenção e criatividade. A terceira é sua capacidade de dialogar com os grandes autores da crítica literária contemporânea, como sublinham Auerbach, Frye, Alter, Steiner, mostrando que os dois campos de saber, o literário e o teológico, podem se enriquecer mutuamente.

A análise da influência da Bíblia na literatura ocidental, com os exemplos de Shakespeare e Machado de Assis, confirmou empiricamente o argumento: a Bíblia não é apenas um livro de fé, mas um metatexto que moldou a imaginação, a linguagem e a forma de narrar

de culturas inteiras. Muitas das grandes obras literárias só são plenamente compreendidas com um conhecimento prévio da Escritura.

Longe de constituir um afastamento da experiência fiducial, a linguagem literária enlaça-se com a fé. Como salienta Paul Beauchamp (1976), sem a grandeza da escritura não existiriam as Sagradas Escrituras. O fato de ser escritura sagrada não anula o fato de se tratar de um livro, ou melhor, de uma biblioteca, e vice-versa. Ao destacar a profunda intencionalidade artística da Bíblia, sua riqueza de imagens, a complexidade de suas estruturas narrativas e sua influência na formação da cultura ocidental, lembramos com Tolentino a possibilidade de Deus ser representado esteticamente e literariamente, antes de ser pensado através de conceitos; e é nessa possibilidade que reside, talvez, um dos mais fecundos horizontes de diálogo entre teologia e literatura.

Referências

- ALTER, Robert. *A arte da narrativa bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BEAUCHAMP, Paul. *L' un et l' autre Testament*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- CAPPELLI, Marcio. Pela menor fenda pode olhar-se a fronteira (Posfácio). In: MENDONÇA, José Tolentino. *Os enigmas singulares – antologia poética*. São Paulo: Círculo de Poemas/Fósforo, 2026.
- COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Dei Verbum*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- _____. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- FRYE, Northrop. *O código dos códigos: a Bíblia e a literatura*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LEONEL, João Carlos; AGUIAR, Cláudio Moisés; LIMA, Anderson de Oliveira. NEBIL (Núcleo de Estudos Bíblia e Literatura, CNPq): constituição e pesquisas sobre Bíblia e literatura. *Teoliteraria – Revista de Literaturas e Teologias*, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 167-189, 2021.
- MALANGA, Eliana Branco. *A Bíblia Hebraica como obra aberta: uma proposta interdisciplinar para uma semiologia bíblica*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.
- MENDONÇA, J. T. *A construção de Jesus: uma leitura narrativa de Lc 7, 36-50*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.

MENDONÇA, José Tolentino. *A leitura infinita: a Bíblia e sua interpretação*. São Paulo: Paulinas, 2015.

MENDONÇA, José Tolentino. Bíblia e Literatura: a reconstrução da evidência. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 42, n. 117, p. 171-186, 2010.

OLIVEIRA, Ana Claudia de Souza de. A maldição primeira e outros intertextos bíblicos em Hamlet, de Shakespeare. *Revista Estudos Anglo-Americanos*, Florianópolis, n. 42, p. 123-142, 2014.

SCHÖKEL, Luis Alonso. *Hermenêutica da Palavra*. São Paulo: Loyola, 1997.

SOARES, Mariana Baierle. A construção das personagens e do narrador em Esaú e Jacó (Machado de Assis). *Revista Linguasagem*, São Carlos, SP, v. 17, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1106>. Acesso em: 11 jul. 2026.

STEINER, George. *Gramáticas da criação*. São Paulo: Globo, 2003.

TOSAUS ABADÍA, José Pedro. *A Bíblia como literatura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Recebido em: 12/06/2026.

Aceito em: 19/07/2026.